

# **A Crise silenciosa da Amazônia: A invisibilidade dos Ka'apor**





**Capa:** Indígenas reunidos em uma das áreas de proteção criadas pelo povo Ka'apor para proteger seu território contra a invasão de madeireiros.  
31/8/2015 © Greenpeace/Lunae Parracho

**Acima:** Aldeia Ka'apor dentro da Terra Indígena Alto Turiaçu, no Estado do Maranhão.  
19/8/2015 © Greenpeace/Fabio Nascimento

# Terra Indígena protegida?

“Não há defesa da floresta sem os povos da floresta”, disse certa vez Chico Mendes<sup>1</sup>, o mais famoso ativista ambiental do Brasil, morto em 1988 por fazendeiros que se opunham à criação das reservas extrativistas na Amazônia. A frase, emblemática, revela a essência do povo indígena Ka’apor, que luta para manter suas terras como garantia de sua própria sobrevivência.

Localizada entre os rios Turiaçu e Gurupi, a Terra Indígena (TI) Alto Turiaçu é uma área de 530 mil hectares<sup>2</sup>, equivalente a quatro vezes e meia o tamanho da cidade do Rio de Janeiro. Junto com outras quatro áreas protegidas forma um dos últimos e mais conservados remanescentes florestais do estado do Maranhão.

Homologada em 1982<sup>3</sup>, a TI tem sido alvo de invasões e da ação ilegal de grileiros, fazendeiros e madeireiros nos últimos 25 anos<sup>4</sup>. Cerca de 8% de sua área já foi desmatada – convertida em pastos, campos de arroz e vilarejos, segundo análises de imagens de satélite feitas pelo Greenpeace<sup>5</sup>. E o ritmo de devastação segue incessante na Alto Turiaçu.

A pressão exercida pelos madeireiros sobre as terras do povo Ka’apor não é difícil de entender. Madeireiros abrem estradas e avançam sobre a floresta em busca das espécies nobres de madeira, como o Ipê,

cujo metro cúbico processado e exportado pode atingir o valor de 1.300 euros<sup>6</sup>. Além de ameaçar a biodiversidade e gerar violência e conflito com as populações locais, o saque de madeira dentro de áreas protegidas tem como consequência a degradação da floresta, que é o primeiro passo para o desmatamento.

De acordo com dados do DEGRAD (sistema de Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE), entre 2007 e 2013, 5.733 hectares de florestas foram degradados na região pela exploração ilegal de madeira dentro da Alto Turiaçu<sup>7</sup>, que de modo algum é uma exceção à regra. No mesmo período, quase 30% da degradação florestal da Amazônia ocorreu dentro de áreas que, em tese, deveriam ser protegidas. Desse total, 84% encontravam-se dentro de terras indígenas<sup>8</sup>.

Além de cumprir um papel fundamental na proteção das populações tradicionais e povos indígenas, a criação de Unidades de Conservação e Terras Indígenas são os mecanismos mais eficientes para combater o desmatamento, garantir a integridade da floresta e mitigar as consequências das mudanças climáticas<sup>9</sup>.



Área desmatada por invasores dentro da Terra Indígena Alto Turiaçu.

19/8/2015

© Greenpeace/Fabio Nascimento

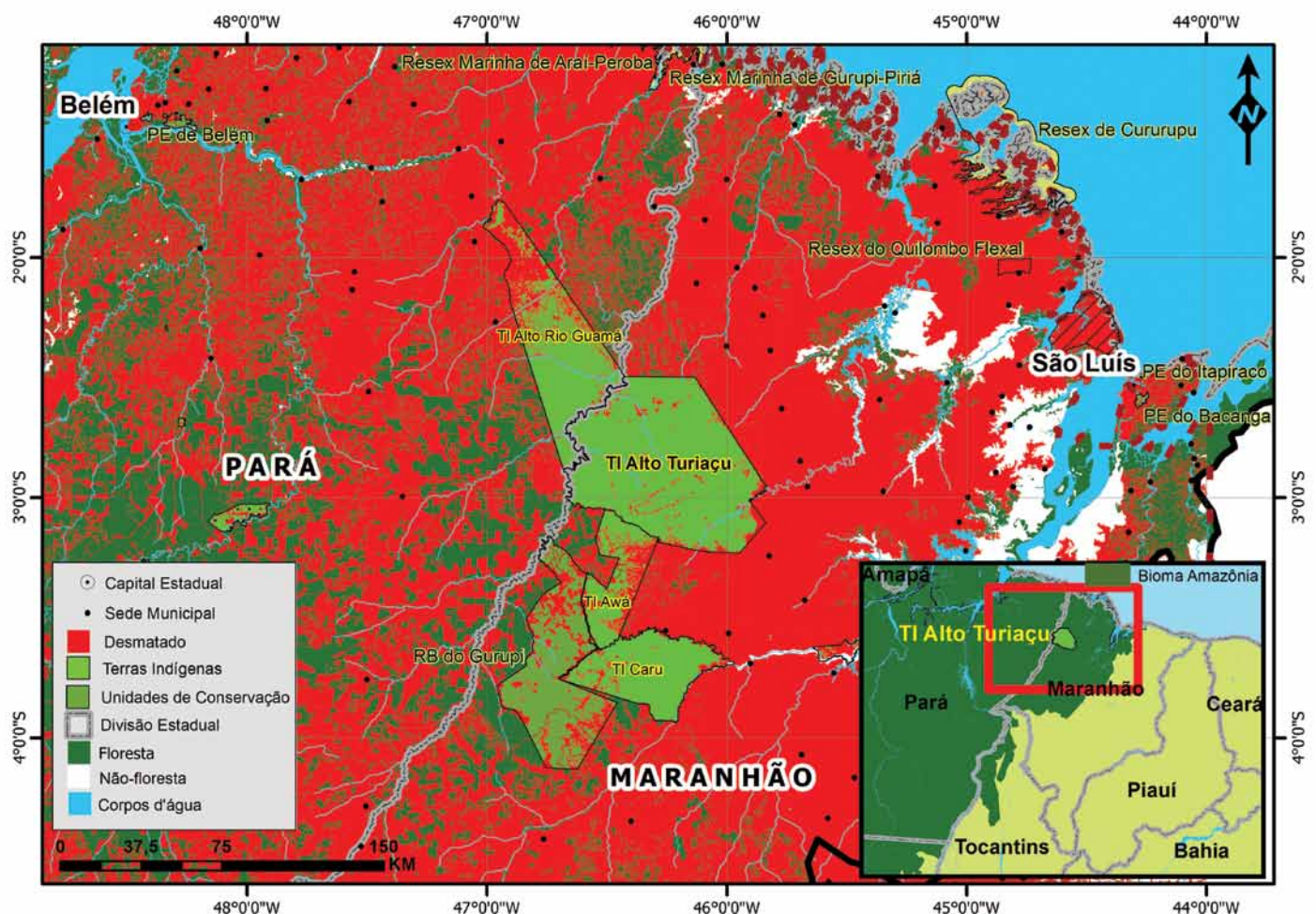
# Terras Indígenas: barreiras ao desmatamento

Os Ka'apor afirmam que a maioria das licenças ou planos de manejo concedidos aos madeireiros na região é falsa, já que, ali, somente as terras indígenas possuem florestas<sup>10</sup>. As imagens de satélite realmente mostram como a fronteira da TI Alto Turiaçu coincide com a fronteira de desmatamento no estado. Uma das principais fraudes envolvendo madeira ilegal, apontadas pelo Greenpeace, é a aprovação de planos de manejo em áreas que não são exploradas de fato. O objetivo é um só: utilizar os créditos gerados para esses planos para 'lavar' madeira retirada de áreas sem autorização ou protegidas por lei, unidades de conservação ou terras indígenas<sup>11</sup>.

Assim como a certeza da impunidade, a facilidade com que a madeira roubada recebe documentação legítima

e passa a ser vendida livremente no mercado motiva muitas das invasões às terras indígenas na Amazônia. Conforme o Greenpeace tem denunciado, a indústria madeireira está fora de controle e papéis oficiais estão sendo utilizados para acobertar crimes como estes. Além de destruir a floresta, a extração predatória e ilegal de madeira ainda contribui para agravar os conflitos, como estes sofridos pelos Ka'apor.

A sobrevivência dos Ka'apor está diretamente relacionada a essa floresta: sua casa e meio de sobrevivência. "Nós não dependemos da cidade, nós dependemos da mata. Por isso o nome é Ka'apor: 'nós somos da mata'. E a mata também depende da gente", disse um indígena, que não quis ser identificado<sup>12</sup>.



Mapa mostra o desmatamento no entorno e interior da Terra Indígena Alto Turiaçu, evidenciando as pressões que o local vem sofrendo. Observa-se também a importância das terras indígenas e áreas protegidas para a conservação das florestas. As terras indígenas Alto Turiaçu, Awá, e Caru, e a unidade de conservação Reserva Biológica (Rebio) do Gurubi concentram uma das últimas extensões de floresta amazônica no Maranhão.

# Violência contra a floresta e também contra o índio

Eusébio Ka'apor, liderança assassinada em abril de 2015.  
Foto divulgação



Soma-se ao problema do desmatamento e da exploração ilegal de madeira na TI Alto Turiaçu, a escalada da violência contra os Ka'apor, que tem ocorrido pelo menos desde 1993 na forma de conflitos armados<sup>13</sup>. Ataques às aldeias indígenas como retaliação às ações de autodefesa e proteção promovidas pelos Ka'apor dentro da TI elevam o clima de tensão na região. De acordo com agentes locais do CIMI, quatro índios foram assassinados e 15 atentados e ameaças foram denunciados pelos Ka'apor nos últimos quatro anos.

Desde 2008, lideranças indígenas Ka'apor e o Ministério Público Federal (MPF) vêm denunciando as invasões e o aumento do desmatamento na Alto Turiaçu para o governo brasileiro e outras entidades internacionais, como o Parlamento Europeu e o Congresso americano<sup>14</sup>. No começo de 2014, a Justiça Federal determinou que a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Polícia Federal e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apresentassem um plano de fiscalização para a terra indígena e a instalação de postos de segurança fixos como forma de evitar a escalada da violência. Até agora, nada foi feito<sup>15</sup>.

Cansados de esperar por auxílio na proteção de seu território e de suas vidas, os Ka'apor decidiram defender-se dos madeireiros de maneira autônoma desde 2013. De forma coordenada lideranças indígenas têm feito a vigilância da terra indígena para evitar maior avanço do desmatamento e a abertura de novos ramais de transporte de madeira ilegal. Nas ações de autovigilância e proteção territorial que

realizam na TI armas, motosserras, motocicletas, caminhões e tratores são apreendidos e os troncos já cortados pelos madeireiros são destruídos. Ramais e trilhas com maior movimentação de madeireiros e caçadores estão permanentemente ocupados pelos Ka'apor com novas aldeias, ou áreas de proteção, para facilitar a vigilância<sup>16</sup>. Ao todo a TI já conta com 18 aldeias, oito delas criadas nos últimos dois anos em função deste processo.

Em um episódio que se tornou famoso a partir de fotos publicadas pela imprensa em setembro do ano passado, os Ka'apor prenderam e expulsaram por conta própria madeireiros de suas terras, próximos ao município vizinho de Centro do Guilherme<sup>17</sup>. Porém, a retaliação se mostrou mais violenta no decorrer do próximo ano.

Em 26 de abril, Eusébio Ka'apor, uma das lideranças mais ativas no combate ao desmatamento, foi morto com um tiro nas costas<sup>18</sup>. Ele voltava de uma visita ao filho em uma aldeia vizinha à cidade de Santa Luzia do Paruá quando foi abordado por pistoleiros. O crime, apesar das evidências do envolvimento de madeireiros, até hoje não foi devidamente investigado pelas autoridades locais e é tratado pela imprensa da região como um latrocínio<sup>19</sup>. Logo após a morte de Eusébio, em julho de 2015, outro atentado, desta vez contra dois jovens Ka'apor que andavam de moto pela TI<sup>20</sup>. A escalada da violência contra os Ka'apor motivaram logo depois mais um protesto, que fechou a rodovia federal BR-316, pedindo por intervenção do governo na questão<sup>21</sup>.

# Impunidade dos madeireiros e a conivência do governo brasileiro



A elevação das tensões com as ações de autodefesa dos Ka'apor fez com que em dezembro de 2014 os Ka'apor solicitassem à Secretaria Especial de Direitos Humanos, órgão vinculado à Presidência da República, a inclusão de quatro indígenas no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que dá escolta às lideranças ameaçadas. A secretaria afirma que recebeu o pedido para três indígenas e que aguarda informações do MPF, Funai, Polícia Federal e do governo do estado para dar prosseguimento à avaliação do caso<sup>22</sup>.

A impunidade encontrada pelos madeireiros e posseiros da região é um fator agravante, segundo Egidio Schwade, ex-secretário executivo do Cimi. Em um artigo para o último relatório da entidade<sup>23</sup>, ele é categórico sobre assunto:

*Nesse sentido, não se avista nenhuma justiça para os povos indígenas da região no curto prazo. Nenhum relatório conclusivo que vá ao encontro da justiça. Ao contrário, os inquéritos policiais acabam levando a um e mesmo beco sem saída justa, porque a 'justiça' já foi previamente programada para a condenação de inocentes, dos índios 'no plural', como 'bodes expiatórios'. Tudo para proteger os interesses em jogo dos madeireiros, mineradores, fazendeiros e agronegociantes.*

O número de índios assassinados no Brasil cresceu 32,1% no ano passado, de acordo com o relatório "Violência contra os povos indígenas do Brasil"<sup>24</sup>, publicado pelo CIMI. Foram 70 casos em 2014, contra 53 em 2013. O problema em escala nacional, assim como no caso dos Ka'apor, é marcado pela conivência de políticos e autoridades locais, como também afirma o Conselho<sup>25</sup>:

*Em síntese, pode-se dizer que as violações aos direitos individuais e coletivos praticadas contra os povos indígenas ao longo do ano de 2014 estão vinculadas, em grande medida, a uma política de governo que se voltou para o extrativismo como fonte (de busca) de recursos para o desenvolvimentismo. Com esta política se promove a exploração das terras, especialmente pelo agronegócio nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e parte da região Norte; pela exploração de energia elétrica através da construção de barragens em regiões onde estes empreendimentos causam severos impactos ao meio ambiente e às populações tradicionais; e pela exploração madeireira na Amazônia, concretamente no Maranhão, Pará, Acre, Rondônia e Mato Grosso.*



1. Caminhão carregado com madeira ilegal viaja pela BR - 163 em direção à Santarém. Caminhões carregados com madeira ilegal normalmente trafegam durante a noite para evitar a fiscalização. 30/8/2014 ©Greenpeace/Otávio Almeida

2. Serraria no município de Centro do Guilherme, onde está concentrada a maioria das serrarias da região. 19/8/2015 ©Greenpeace/Fabio Nascimento

# Ka'apor: moradores da mata

Índio Ka'apor durante atividade  
de monitoramento do território  
na Terra Indígena Alto Turiaçu.  
1/9/2015  
©Greenpeace/Lunae Parracho



Caracterizados pelo passado guerreiro e o nomadismo, os Ka'apor (de “kaa”, mato, “por”, morador) surgiram enquanto uma etnia distinta entre os povos indígenas amazônicos cerca de 300 anos atrás. Inicialmente no Pará, com aldeias entre os rios Tocantins e Xingu, acredita-se que seus integrantes, por conta de conflitos com colonizadores luso-brasileiros e outras etnias indígenas, migraram lentamente até onde estão hoje, no norte maranhense, extrema fronteira oriental da Amazônia<sup>26</sup>.

Mesmo estabelecidos em determinado território, suas relações fora da tribo não eram pacíficas. Relatos do fim do século XIX e do começo do século XX contam de diversas emboscadas dos Ka'apor para obter ferramentas e artefatos de ferro e aço, destinados principalmente para a confecção de pontas de flecha e outras armas<sup>27</sup>. Desde então, este povo revelava o seu caráter protecionista em relação ao território.

A primeira expedição planejada para a pacificação dos Ka'apor foi empregada em 1911 pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão governamental que exerceu as funções da atual FUNAI até 1967. Fracassada a tentativa por conta de mais um forte conflito, as conversas só seriam reabertas com sucesso em 1928<sup>28</sup>.

Os resultados alcançados com o segundo esforço de pacificação durariam por quase 70 anos. No entanto, o período ficaria marcado por um declínio

acentuado da população indígena, causado em boa parte por epidemias de infecções respiratórias, como tuberculose e sarampo. Estimativas do SPI e da Funai mostram que, em 1928, a população da etnia era de cerca de 2.000 membros, número que chegou a menos de 500 em 1982. De maneira indireta, o contato ininterrupto entre os Ka'apor e os karaí (não índios) seria responsável por isso, além de cuidados inadequados de saúde e a escassa oferta de serviços preventivos pelo governo, uma reivindicação ainda feita por suas lideranças locais até os dias de hoje<sup>29</sup>.

Hoje, os próprios Ka'apor estimam sua população entre 1.500 e 2.000 pessoas. Essa gradual recuperação demográfica para os números anteriores à pacificação coincide com a demarcação do Território Indígena Alto Turiaçu pela Funai, em 1978. A demarcação foi homologada pelo Decreto nº 88.002 em 1982, na administração do Presidente João Figueiredo, durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985).

A importância de sua preservação é vital, uma vez que a Alto Turiaçu é ocupada também por parte dos 240 membros do povo Awá-Guajá, cuja TI vizinha já teve 32% de sua área devastada<sup>30</sup>.

Nos dias atuais, a principal ameaça aos Ka'apor não é mais a baixa imunidade às doenças de contato, mas sim a degradação de seu território legalmente reconhecido e protegido.

# Notas

- 1 Carlos Walter, 2009. "Chico Mendes, um ecossocialista". <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osa/osa125/09porto.pdf>
- 2 FUNAI, 2014. <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>
- 3 <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=104368&norma=127656>
- 4 ISA, 1998. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaapor>
- 5 Dados processados pelo Greenpeace a partir de dados obtidos pela FUNAI em 2014 (área total da Terra Indígena Alto Turiaçu) e de dados do desmatamento consolidados do projeto PRODES (INPE) de 2014.
- 6 ITTO, 2014. Relatório do Mercado de Madeira Tropical (Tropical Timber Market Report), 18(7), 1-15 April. [www.itto.int/mis\\_detail/id=3941](http://www.itto.int/mis_detail/id=3941)
- 7 Dados processados pelo Greenpeace a partir dos dados do DEGRAD de 2013.
- 8 Dados processados pelo Greenpeace a partir dos dados do DEGRAD de 2013.
- 9 WRI, 2014. Securing Rights, Combating Climate Change. <http://www.wri.org/securingrights>.
- 10 Depoimento em matéria da Reporter Brasil na reportagem "Tomba árvore, tomba índio", <http://vidaspela floresta.webflow.io/kaapor>
- 11 Greenpeace, 2014. "A Crise Silenciosa da Amazônia". <http://www.chegademadeiralegal.org.br/#biblioteca>
- 12 Depoimento em matéria da Reporter Brasil na reportagem "Tomba árvore, tomba índio", <http://vidaspela floresta.webflow.io/kaapor>
- 13 ISA, 1998. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaapor>.
- 14 <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8090>.
- 15 <http://pr-ma.jusbrasil.com.br/noticias/137854943/mpf-ma-justica-federal-reconheceu-no-inicio-de-2014-que-indios-kaapor-e-awa-guaja-nao-tem-as-suas-terras-devidamente-fiscalizadas>.
- 16 [http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=151671&id\\_pov=289](http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=151671&id_pov=289)
- 17 <http://noticias.terra.com.br/brasil/blogdaamazonia/blog/2014/09/05/ma-indios-kaapor-estao-sitiados-e-ameaçados-por-madeiros/>
- 18 Depoimento em matéria da Reporter Brasil na reportagem "Tomba árvore, tomba índio", <http://vidaspela floresta.webflow.io/kaapor>
- 19 <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8132>
- 20 <http://racismoambiental.net.br/2015/07/22/para-intimidar-povo-kaapor-madeiros-atiram-contralideranca-da-ti-alto-turiaçu/>
- 21 <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Povo-Kaapor-protesta-no-Maranhao-contratentados-/>.
- 22 Depoimento em matéria da Reporter Brasil na reportagem "Tomba árvore, tomba índio", <http://vidaspela floresta.webflow.io/kaapor>
- 23 <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7627>
- 24 CIMI, 2014. <http://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>
- 25 CIMI, 2014. <http://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>
- 26 ISA, 1998 <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaapor>
- 27 ISA, 1998 <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaapor>
- 28 Darcy Ribeiro, 1962. "A política indigenista brasileira" (p. 82-95).
- 29 ISA, 1998. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaapor>.
- 30 Dados processados pelo Greenpeace a partir de dados obtidos do projeto PRODES (INPE) de 2014.

Aldeia Ka'apor dentro da Terra Indígena Alto Turiaçu no Estado do Maranhão.  
19/8/2015 © Greenpeace/Fabio Nascimento



Índigenas do povo Ka'apor em uma das novas aldeias criadas para proteger o território contra a invasão de madeiros.  
2/8/2015  
©Greenpeace/Lunae Parracho



## GREENPEACE

Publicado em Setembro de 2015 por Greenpeace Brasil

Rua Fradique Coutinho, 352  
Pinheiros São Paulo  
CEP 05416-000  
Brasil

Web: [www.greenpeace.org/brasil/pt/](http://www.greenpeace.org/brasil/pt/)  
Email: [relacionamento@greenpeace.org](mailto:relacionamento@greenpeace.org)